

Jornal do Professor

EDITORIAL

Data Limite

Neste mês de outubro completa-se um ano desde a fatídica eleição de 2018. Dez meses após a posse do presidente Jair Bolsonaro, se agrava a situação da Educação em todos os níveis, particularmente no Ensino Superior. Nesta edição, mostramos que a comunidade universitária segue resistindo apesar das “fake news”, dos cortes e da perseguição ideológica, se preservando como um espaço de cultura, arte, aprendizado, conhecimento, pesquisa e debate. Por isto, nossas páginas estão divididas entre pesquisas em andamento na UFG e o Painel de debates sobre o lawfare, evento promovido pelo Adufg-Sindicato em parceria com a Faculdade de Direito sobre a guerra jurídica, em que recebemos convidados de renome nacional como o governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, e o ex-ministro da Justiça, Eugênio Aragão. Nossas páginas centrais trazem uma entrevista com o governador e outra com o jornalista Leandro Demori, do site The Intercept Brasil, editor-executivo responsável pelas bombásticas matérias reveladas da Vaza-Jato. No âmbito da pesquisa, falamos um pouco do trabalho que o professor Carlos Anunciação e sua equipe têm realizado sobre a febre Mayaro, assim como o estudo com agrotóxicos desenvolvido pela docente Daniela de Melo e Silva e seus alunos, além do projeto da professora Eliamar Fleury que utiliza a musicoterapia para mulheres submetidas ao tratamento contra a infertilidade. Por fim, em nossa trajetória destacamos o caminho percorrido pelo professor Licínio Leal Barbosa, um dos docentes mais queridos e marcantes na história da Faculdade de Direito da UFG.

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor:adufg@gmail.com

DIREITO



Foto: Jean Evangelista

Adufg-Sindicato e Faculdade de Direito promovem evento sobre guerra jurídica com Flávio Dino e Leandro Demori

Páginas 8 e 9

SAÚDE

Pesquisadores da UFG avançam no diagnóstico de pessoas acometidas pela febre Mayaro em áreas urbanas

Página 6

Foto: José Abrão



◀ *Dedicação total ao Direito: entre suas inúmeras conquistas, Licínio Leal Barbosa lembra com carinho e emoção seus anos como docente*

Página 16

MUSICOTERAPIA

Projeto conduzido pela professora Eliamar Fleury trabalha no tratamento da infertilidade

Página 7

Pioneirismo

Instituto de Informática vai abrir primeira graduação em Inteligência Artificial do Brasil. Curso já conta com 40 alunos

Página 11

Pesquisa

Laboratório coordenado pela professora Daniela de Melo e Silva estuda impactos do uso indiscriminado de agrotóxicos na saúde do trabalhador rural

Página 12



prestação de contas

Junho de 2019

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiações - Mensalidades	671.299,44
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	2.152,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.540,24
1.4	Receitas Financeiras	18.935,83
1.5	Outras Receitas	3.465,77
1.6	Resgate de aplicações financeiras	108.376,65
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	623,49
Total R\$		805.146,44

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	82.172,89
2.1.2	Encargos Sociais	35.086,68
2.1.3	Seguro de Vida	765,32
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.915,44
2.1.5	Ginástica Laboral	1025,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	11.860,86
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	839,78
Total R\$		133.665,97

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.305,60
2.2.2	Despesas com Correios	3.043,93
2.2.3	Energia Elétrica	4.003,36
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.000,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.942,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	4.923,50
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.591,95
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	438,07
2.2.11	Vigilância e Segurança	445,84
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	300,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.520,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	400,00
2.2.15	Água e Esgoto	520,21
Total R\$		36.834,46

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	5.173,24
2.3.2	Despesas com Táxi	692,94
2.3.3	Despesas com Coral	4.107,17
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	2.700,38
2.3.5	Diárias de Viagens	9.285,50
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.074,16
2.3.7	Lanches e Refeições	444,67
2.3.8	Quintart	23.002,45
2.3.9	Patrocínios e Doações	12.896,78
2.3.10	Manutenção de Veículos	100,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	8.983,82
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.322,49
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	8.042,03
2.3.16	Hospedagens Hotéis	884,95
2.3.17	Material de expediente	2.886,06
2.3.18	Outras despesas diversas	880,35
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.053,43
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	6.896,76
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.335,06
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa de final de ano - Jataí	2.395,75
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com manifestações	15.695,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	31.059,52
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	172,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	900,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		144.986,52

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.250,00
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	114,03
Total R\$		2.364,03

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	55.458,10
Total R\$		55.458,10

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	373.309,08
3 Resultado do exercício 06-2019 (1-2)	431.837,36

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	3.305,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		3.305,00

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	3.868,22
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		3.868,22

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB/ FUNDO DE INVESTIMENTO	400.040,00
Total R\$		400.040,00

Total Geral dos Investimentos R\$	407.213,22
5 Resultado Geral do exercício 06.2019 (3-4)	24.624,14

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Salve Adufg,

A propósito de lawfare.

Lamento a minha ausência ao Painel de Debate sobre o Lawfare, mesmo que fosse justificada. Lamento também a ausência de colegas, professores, ainda que o tema fosse estranho ao universo de conhecimento teórico.

O fato em si demonstra a coragem da Adufg em promover o Painel, especialmente ao trazer para o evento uns dos poucos brasileiros, intelectual, professor universitário, que concilia pensamento teórico com atividade política. (Caberia à UFG promover o Painel, em teoria). Mas é o caso de Flávio Dino, apesar de seu Estado, o Maranhão, tenha sido tão fustigado pelo Padre Antônio Vieira, quando chega ao cúmulo de criar figuras como "murmura" a "mentir".

Só lamento, como já o afirmamos, a ausência de professores, ainda que sejam contrários ao sistema ou à política de atuação do Adufg. O objetivo do Painel e, ao mesmo tempo, a presença de Flávio Dino (sem desmerecer outros ilustres debatedores) transcendem as divergências individuais.

Se falo de Flávio Dino, é porque conheço o Maranhão ou, ao menos, o conheci. Morei em São Luís, na casa do médico e logo sacerdote João Mohana. Alguém que se revelou um grande escritor, uma descoberta da Academia Brasileira de Letras, graças a seus romances Maria Tempestade e O Outro Caminho. Maria Tempestade quase foi levado ao cinema, não fosse oposição de Mohana. No Maranhão regi, a pedido de Dom Helder Câmara, cursos de extensão universitária (1954 e 1966) e participei de banca examinadora (1982).

Enriqueci-me mais ainda quando acompanhei a participação de Flávio Dino no programa Roda Viva, da TV Cultura, pois assim tive conhecimento de seu pensamento político-filosófico.

Cordialmente,

Hélio Furtado do Amaral



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VII - Nº 61

OUTUBRO de 2019

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Monique Arruda (JP 2290 GO)
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Guilherme Fernandes
Jean Evangelista
Estagiários

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 03/10/2019

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](https://www.facebook.com/adufgsindicato)

www.adufg.org.br



Eduardo Meirinhos*

QUAL A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DAS ARTES CÊNICAS NA UNIVERSIDADE, NESTE CONTEXTO POLÍTICO?

A primeira grande inquietação que deve servir de esteio a um sistema educacional, trata-se da pergunta sobre o perfil de ser humano que pretendemos formar, sendo este a peça edificadora da estrutura social, bem como dos princípios humanísticos que devem permear esta estrutura. Isto há de ser feito através de políticas educacionais que entendam o papel emancipatório, de transformação social, que o ensino das artes deve consubstanciar na formação holística do cidadão, encetando assim uma sociedade mais crítica, reflexiva, justa, inclusiva e sempre democrática.

Entendemos que, por premência do sistema capitalista no século XX, ocorreu uma nova conceituação nas áreas de conhecimento, que de um lado valorizou o campo humanístico e social e, por outro enriqueceu o desenvolvimento tecnológico e das ciências exatas. O problema se instala quando se valoriza o aspecto utilitarista e mercadológico nas instituições de ensino, segregando qualquer retorno que não seja o financeiro. O ser humano é mais do que isso, e por tal, o ensino público há de contemplar a sua formação mais ampla, considerando que o artista é um agente social, cultural e político, atuando nas bases de uma sociedade mais criativa e reflexiva, levando o cidadão à uma abordagem mais lúcida da atualidade, do seu País, do seu ethos. Trata-se da distinção entre as artes liberais e as artes servíeis, a primeira gerando um resultado emancipatório do espírito, a segunda um resultado prático. O ser humano necessita das duas igualmente, para ser humano.

Acreditamos que a intervenção destes profissionais na sociedade produz um meio de alimentação recíproca, reafirmando que a arte está na sociedade, bem como a sociedade está na arte. Acaba por não importar o que Aristóteles disse “a arte imita a vida”, ao que Oscar Wilde retruca “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”, pois o fato é que um não existe sem o outro.

A música e o teatro são decisivas ferramentas de comunicação e transformação social, frequentemente mal utilizadas pela comunicação midiática, que nem sempre mostra o que de melhor se faz. Neste contexto, o ensino destas artes na universidade exerce um papel balizador de qualidade, promovendo o cultivo do gosto, por meio da ampliação do conhecimento e das ferramentas de apreciação e realização artística. Acaba por interferir positivamente no conjunto dos costumes, nos hábitos e na cultura, no ethos, ampliando o conhecimento e atendendo à uma necessidade básica de expressão do cidadão.

Sendo a música um meio de comunicação que transcende a palavra e o teatro um conhecimento que busca respostas para os questionamentos sobre o que é o mundo, questionando paradigmas de comportamento humano através da livre criação e representação, o encontro destas artes na universidade significa oferecer a uma significativa parcela da sociedade o que ela quer, ou seja, fazer arte; e dar-lhe o que ela necessita, expressar-se.

Dentre os aspectos identitários basilares de uma instituição, a evidência da história como elemento de referência, mostra-se elemento fulcral, revelando a sua vocação. Assim, o reviver da tripla que culminou na Escola de Música e Artes Cênicas, mostra o que somos. Decisivo passo foi dado em 1960, quando o Conserva-

tório Goiano de Música veio a compor as cinco unidades que, juntas, fundaram a Universidade Federal de Goiás (UFG). Interessante se notar que somente na UFG a música aparece como unidade acadêmica fundadora da estrutura universitária, tendo integrado o sistema universitário como uma instituição conservatorial.

Tudo começou com um conservatório de música dentro da universidade. Não obstante, o tropismo da escola por se integrar sempre aos novos tempos, atender as demandas sociais, bem como valer-se de mais amplas interfaces da arte, acabou por implementar os Cursos de Musicoterapia, Licenciatura em Teatro, Direção de Arte, ampliando significativamente a gama de instrumentos, além de Canto, Regência e Composição, ocupando todos os períodos do dia com 650 alunos. Implementa a Pós-Graduação, hoje com Mestrado em Artes da Cena, Especialização em Arte Educação Intermediática Digital e seus 23 Laboratórios. Adentra a atualidade sempre atenta ao fenômeno instigante do papel da Arte na sociedade contemporânea, na formação, na realização artística e devida adequação ao formato investigativo da universidade, guardando sempre, no entanto, as características natas da produção artística. A Universidade abraçou a arte e a arte abraçou a Universidade.

Tendo-se a evidência histórica, a realização artística, a pesquisa científica, apontamos para o mais importante, o que, na verdade estes eventos, cursos e iniciativas vêm a sustentar: o atendimento aos anseios sociais por uma formação de qualidade, seja esta artística, de educadores e terapeutas.

A atuação de uma escola como a Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) interfere diretamente no meio social na produção de conhecimento e formação de profissionais Músicos e Atores, Performers e Educadores, Musicoterapeutas, Diretores de Arte, Pesquisadores e tantos outros profissionais, quanto forem as interfaces com as quais estes fazeres interagem e se amalgamam.

Em tempos avessos à Cultura, às Humanidades, às Artes, patologias sociais e políticas não devem ocupar o espaço da normalidade. O extremismo ideológico se amedronta agressivamente frente à criação, à reflexão, ao espírito crítico, à inclusão, à liberdade de expressão e pensamento; reprime a discussão ampla, afronta a ética e coíbe a expressão artística, conceitos estes que são direitos e necessidades do ser humano em uma sociedade justa. A formação artística, a realização artística trata de uma experiência do saber e uma vitória da criação, da cultura e da educação sobre a força.

Já dizia Jacques Le Goff: “Lá (na Academia das Artes) é que se estava mais próximo do povo das cidades, do mundo exterior, que se ocupava menos em obter prebendas e em desagradar a hierarquia eclesiástica, que era mais vivo o espírito leigo, que se era mais livre. (Os Intelectuais na Idade Média, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2003, p.144-145).

**Eduardo Meirinhos é violonista clássico formado na Alemanha na Staatliche Hochschule für Musik und Theater Hannover (1989); mestre em musicologia pelo Departamento de Música da USP (1997) e doutor em música-performance (DM - Doctor of Music 2002) na Florida, EUA, na School of Music da Florida State University. É professor efetivo de violão na EMAC e atual diretor da unidade acadêmica.*



**Bartira Macedo
de Miranda***

Lawfare: o sistema penal está nu!

O Jornal do Professor me pediu um artigo sobre lawfare. A paciência dos editores me obriga a escrever. Tentei fugir o quanto pude, pois a questão não é simples para uma criminóloga crítica que há anos denuncia em artigos e livros a atuação política do sistema penal, sem que a isso se denominasse lawfare. De fato, a relação entre direito e poder ou entre sistema punitivo, relações de poder e guerra já foram objetos de incontável produção científica. O que há de novo no que agora se denomina lawfare? Com o espanto de quem suspeita ver suas teses confirmadas a olho nu, o momento exige cautela.

Em 16/03/2016, publicamos o artigo “A caça ao Lula, o combate à corrupção e o juiz que está escrevendo o epitáfio do Direito Processual Penal brasileiro” (disponível no site Empório do Direito):

O que caracteriza o poder punitivo é justamente o exercício da força sobre o “outro”, considerado como perigoso e inimigo da sociedade; sem limites, chegamos à completa barbárie ou a estágios pouco civilizados, sem predomínio do Estado de Direito. A emergência do combate à corrupção está sendo o pretexto para a violação das leis e da Constituição. Mas, afastado o Estado Democrático de Direito, está aberto o caminho para que o sistema penal seja utilizado para interferir nos rumos políticos do País. O combate à corrupção passou a ser o grande pretexto para um golpe de estado.

As previsões eram péssimas, mas ninguém foi capaz de imaginar que o cenário do País pudesse vir a ser tão catastrófico.

Aproveitando agora este breve texto – que não é um texto científico – arrisco outra previsão: a Operação Lava Jato ainda vai ser conhecida como o episódio mais ultrajante da justiça brasileira, pois não será esquecido que a condenação do ex-presidente Lula, e que o levou à prisão, foi em razão de uma acusação que sempre soubemos vil, e que havia muitos outros interesses políticos, econômicos e estruturais por trás da atuação abusiva dos agentes da lei. O que era fruto de uma análise mediana da técnica e doutrina jurídica, ficou evidente nas revelações do site The Intercept Brasil.

Pois bem, o que é Lawfare?

Lawfare, em seu sentido puro, é um termo relativamente novo para uma prática antiga: o emprego do Direito em substituição ou como linha auxiliar da guerra militar. Trata-se do emprego da lei como forma de obtenção de algo que, usualmente, exigiria o uso de força militar tradicional, sempre com a intenção de

enfraquecer ou destruir um adversário (Marcelo Tiago de Paula Andrade, in “Lula e lawfare política: o caso do processo penal com dupla velocidade”, Clacso, 2018).

Até aqui não há muita novidade. Essa atuação política do sistema penal é relativamente conhecida. Enquanto Clausewitz dizia que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, Michel Foucault invertiria essa proposição: “a política é a guerra continuada por outros meios” (Em defesa da sociedade, p. 21).

O poder punitivo, desde que foi inventado, alimenta-se da criação de inimigos e justificação de seu combate. Sempre que quer expandir-se para além do que a lei permite, o poder punitivo inventa inimigos. Em cada momento histórico, há os inimigos a serem combatidos: bruxas, comunistas, homossexuais, pobres, negros... e assim cria-se a “caça às bruxas”, “guerra às drogas”, “Direito Penal do inimigo” etc.

Projetada para a política, conforme Marcelo Tiago de Paula Andrade, lawfare é o uso abusivo das leis e de processos judiciais pelos agentes do sistema de justiça, usualmente com o auxílio da mídia, para perseguir um adversário, sempre por motivação política e visando a sua destruição. É o emprego da lei como arma para a guerra política e a fim de impactar nas disputas por espaços de poder. Usa-se a lei para causar a morte política em lugar da execução física do adversário, de maneira que primeiro escolhe-se um culpado para depois buscar-se um crime.

Estamos vivendo um momento diferente na história das ideias penais, no que se refere à atuação política dos agentes da lei no campo penal. Não se trata de mero exercício de poder no sistema penal. Não se trata da simples guerra jurídica travada contra um político. O que espanta é a sordidez. É a desfaçatez do uso indevido do direito para se alcançar um sórdido objetivo político.

Se antes a atuação política do sistema de justiça se dava de forma mais sutil e disfarçada, e às vezes exigindo um esforço de aquisição de instrumentais teóricos para sua compreensão, o que se vê agora é que o sistema está desnudado, para quem tiver olhos para ver. Ficou evidente, ainda, que um terço da população brasileira é de pensamento fascista, esses têm olhos para olhar, mas não para ver. Continuarão fingindo que tudo está normal, ou defendendo que o errado está certo. Mas a verdade está vista a olho nu.

O sistema está nu, aos olhos de todos!

**Bartira Macedo de Miranda é Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB-GO).*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Teto

O presidente Jair Bolsonaro autorizou a apresentação de uma proposta para que se mude a emenda do teto de gastos. Hoje, o governo é proibido de aumentar suas despesas num ritmo superior ao da inflação. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é contra. Mas com o orçamento contingenciado, outros ministros pressionam a Casa Civil e os militares cobram diretamente do presidente

Crescimento

O atual governo não entendeu que as despesas obrigatórias são sempre para já e constantes. Outro problema teria sido apostar todas as fichas na Reforma da Previdência sem apresentar qualquer outro plano sólido para o aumento das receitas: apenas cortes, ou seja, planos para diminuir os gastos, mas sem nada para aumentar os ganhos.

Beligerante

O discurso do Presidente Bolsonaro na ONU foi acima de tudo Trumpista. Sinalizou para o mundo apenas sua adesão à agenda conservadora. Em tom indignado e defensivo, perfilou aquela virilidade estéril bem característica dos bravateiros. Perdeu uma boa oportunidade de falar para o mundo e preferiu conversar com sua paróquia.

Pretinho básico

No mesmo espírito de Fernando Collor de Melo, o presidente convocou a população a participar das comemorações do 7 de Setembro vestidos de verde e amarelo. O pronunciamento não só encorajou protestos contra o governo no feriado como outro repeteco da era Collor: os manifestantes se vestiram de preto.

Invasão

No início de setembro, estudantes participaram de um protesto convocado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) que ocupou parcial e temporariamente o prédio da Reitoria da UFG a favor da paralisação das atividades administrativas da universidade como estratégia de pressão e em protesto à demissão de funcionários terceirizados da universidade.

Promessa

O Reitor Edward Madureira conversou com os manifestantes que concordaram em deixar o prédio. Segundo os estudantes, o Reitor teria se comprometido a realizar uma Assembleia Universitária, promovida no dia 23 de setembro, em que deveria apresentar uma data de até quando a UFG ficaria de portas abertas, o que não foi feito.

Fechando

Com um orçamento deficitário, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou a suspensão de serviços como telefonia, transporte e manutenção externa, para poder se manter de portas abertas em 2020, de acordo com a proposta orçamentária do governo. Esse recurso é usado para custear insumos, reagentes, equipamentos e laboratórios.

Enxugada

De acordo com O Globo, o governo planeja uma nova reforma administrativa que prevê mais

uma redução no número de ministérios até o fim do ano. O projeto, conduzido pela Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, planeja a fusão de seis pastas para que se tornem apenas três. O Ministério do Meio Ambiente se fundiria com o do Turismo; o mesmo ocorreria entre o da Cidadania e o de Direitos Humanos; e entre o da Infraestrutura e o do Desenvolvimento Regional.

CNPq

Segundo O Globo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai perder 87% da verba de fomento à pesquisa em 2020, de acordo com a proposta orçamentária do governo. Esse recurso é usado para compra de inúmeros materiais de trabalho.

Extensão

O governo pediu ao Congresso a liberação de R\$ 250 milhões para

arcar com o pagamento das bolsas de estudo do CNPq até o final do ano. Para 2020, a previsão do governo é de um orçamento de R\$ 1,025 bilhão para o pagamento de pesquisadores.

Capes

O MEC reativou 3.182 bolsas de pesquisa que haviam sido cortadas pelo governo Jair Bolsonaro. As bolsas revertidas fazem parte das 5.613 bolsas da Capes que haviam sido suspensas no início de setembro. Essas bolsas reativadas estão relacionadas a programas de pesquisa com os maiores indicadores na avaliação da Capes: 5 e acima.

Carteirinha

O Governo Federal criou efetivamente a carteira de identificação estudantil digital, via Medida Provisória. Gratuita, ela deve começar a ser emitida em dezembro inicialmente para o Ensino Superior e chegando para todo o Ensino Básico até março do ano que vem.

Desmonetização

A nova carteirainha é criticada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades de representação estudantil, que tinham na emissão de carteiras sua principal fonte de renda. Elas acusam o governo de tentar enfraquecer o movimento.

Socialização

O presidente Jair Bolsonaro declarou que as carteirinhas estavam sendo usadas como moeda de troca para coagir politicamente os estudantes. “Essa medida ajuda para que certas pessoas não promovam o socialismo nas universidades. Nós temos de nos afastar dele”.

BNCC

O governo Bolsonaro não fez até agora repasses de R\$ 105 milhões previstos neste ano para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A decisão atrasa o cronograma de construção de currículos estaduais e trava a concretização da reforma do Ensino Médio. O MEC (Ministério da Educação) anunciou em 4 de abril a continuidade do programa de apoio a estados e municípios para implantar a base.

Zika

Cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) descobriram os alvos do vírus zika no cérebro de adultos. Eles comprovaram que ele não só ataca diretamente os neurônios como deflagra uma espécie de curto-circuito cerebral, um tipo de reação inflamatória grave observada em doenças como o mal de Alzheimer. O zika assustou e surpreendeu o mundo ao causar microcefalia e uma síndrome de anomalias congênitas em bebês. Agora, se comprova que também causa efeitos severos em adultos ao afetar as áreas dos cérebros associadas à memória e aos movimentos.



Foto: José Abirão

A Reitoria foi ocupada pelo DCE que cobrou do Reitor uma data limite em relação ao funcionamento da UFG para este segundo semestre letivo



Foto: José Abirão

Estudante mostra cartaz que convoca os motoristas a participarem da manifestação do dia 7 de setembro



Foto: José Abirão

Velas acesas por alunos durante a Assembleia Universitária manifestam o “luto” pelos 101 funcionários terceirizados demitidos pela UFG diante da crise financeira

Foto: SECOM/UFMG



Equipe de pesquisadores do projeto Quantizika Humana é formada por docentes de diversas unidades acadêmicas

Projeto da UFG investiga transmissão da Febre Mayaro pelo mosquito *Aedes aegypt*

Pesquisadores do Quantizika Humana identificaram a presença do vírus em diversas amostras de pacientes com sintomas de arboviroses. Agora, estudo avalia a possível urbanização da doença

Luciana Porto

O projeto Quantizika Humana, desenvolvido por docentes de várias unidades acadêmicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), está investigando a transmissão da Febre Mayaro pelo mosquito *Aedes aegypt*. A pesquisa teve início quando pacientes atendidos em Unidades de Pronto Atendimento de Goiânia testaram negativo para dengue, Zika e Chikungunya, mesmo apresentando sintomas clínicos semelhantes aos destas doenças. Desde o ano de 2015, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) confirmou 87 casos da Febre Mayaro no estado em pacientes que, segundo a pasta, tiveram algum contato com áreas de mata, rural ou silvestre.

Conhecido desde a década de 1940 na região amazônica, o vírus MAYV pode estar se adaptando aos meios urbanos, de acordo com o docente e pesquisador do projeto Quantizika, Carlos Eduardo Anunciação. O cientista explica que, a princípio, o mosquito transmissor da doença era o *Haemagogus*, o mesmo vetor da Febre Amarela. No entanto, os estudos comprovaram que o *Aedes aegypt* pode ser infectado pelo vírus da Febre Mayaro, caso haja contato do mosquito com o sangue infectado pelo MAYV. “Goiânia é uma região de muito trafe-

go de pessoas de outros Estados, além disso as regiões de mata são próximas aos bairros da capital. Moramos numa cidade arborizada, e recentemente surgiram inúmeras áreas de lazer na região metropolitana. Isso tudo aumenta as chances do contato do mosquito com o vírus”, esclarece Anunciação.

De acordo com o Ministério da Saúde, a Febre Mayaro inicia-se com um quadro clínico de febre aguda inespecífica, e que pode ser acompanhada de cefaleia (dor de cabeça), mialgia (dor muscular) e exantema (manchas avermelhadas na pele), dificultando o diagnóstico diferencial entre as demais arboviroses como a dengue, chikungunya e zika. Para o pesquisador, é impossível que o profissional da saúde faça o diagnóstico com base apenas nos sintomas. “Quando surgiram os primeiros testes sorológicos rápidos para detecção da dengue, zika e chikungunya observamos que não eram tão eficazes, já que possuíam baixa sensibilidade, além de que os vírus evoluem e se modificam muito rápido. Muitos deles não acusavam nenhuma infecção, mesmo o paciente apresentando todos os sintomas. Então surgiu a ideia de investigarmos a presença do Mayaro.”

Anunciação comenta que,

no ano passado, o grupo de pesquisa identificou o vírus da Febre Mayaro em mais de 50 de 469 amostras coletadas de pacientes do Cais Novo Mundo, em Goiânia. A confirmação foi realizada por meio de testes moleculares, que mostraram o RNA do vírus, realizados em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com o Instituto Sanità, em Roma. De acordo com a pesquisa, nenhum dos pacientes relataram morar em zona rural e pouco menos de 18 deles estiveram passeando em áreas de mata ou chácaras nos dias que antecederam o início dos sintomas. “Apesar dos dados terem sido coletados de janeiro a agosto de 2018, nossas pesquisas foram até dezembro porque precisávamos confirmar todos os casos de arboviroses. Observamos a presença do MAYV e constatamos também que é possível acontecer a coinfeção com a presença de mais de um arbovírus”, conta.

Epidemia

Agora, os pesquisadores do projeto Quantizika Humana têm um novo desafio. O risco de epidemia de Febre Mayaro é iminente, pois existe o potencial de ser transmitida em áreas urbanas pelo mosquito *Aedes aegypti*, novo objeto de estudo da equi-

pe. “Considerando que o MAYV não era para ter saído da região amazônica e se confirmarmos a nossa teoria da urbanização da arbovirose por meio do *Aedes*, isso significa que a doença pode chegar a qualquer lugar do mundo e teremos uma possibilidade de infestação muito maior do que apenas aqui em Goiânia”, alerta Anunciação.

Contudo, o docente pondera que a divulgação das informações sobre o MAYV deve ser realizada com cautela para não gerar pânico na comunidade. Segundo ele, o processo de confirmação da doença pode ser moroso, já que exige a confirmação do Ministério da Saúde. “Agora que estão chegando para as agências de controle sanitário no Brasil os primeiros kits de testes sorológicos para Mayaro. Então, eles ainda não estão disponíveis para as unidades básicas de saúde”, explica.

Além do docente Carlos Eduardo Anunciação, o projeto Quantizika Humana também conta com a participação dos pesquisadores Elisângela de Paula Silveira Lacerda e Clever Gomes Cardoso, do Instituto de Ciências Biológicas; Sandra Brunini, da Faculdade de Enfermagem; e Marco Tulio Garcia Zapatta, do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública.

Musicoterapia auxilia mulheres durante o tratamento de reprodução assistida

Luciana Porto

*“Não estou conseguindo concentrar
Hoje eu não estou
Estava confiante
Agora, nem tanto*

*Parece que eu quero correr
Meu corpo não
quer ficar aqui*

*Tô me sentindo pressionada
Agora resolveu desabar
Quería que esse momento
O da minha gravidez*

*[Mt: Do meu tratamento]
Tivesse tudo equilibrado
Em harmonia*

*Cada coisa no seu lugar”
(sic)*

A estrofe acima é uma composição musical realizada por uma paciente em tratamento de infertilidade no Laboratório de Reprodução Humana (Labrep) do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela, e dezenas de outras mulheres, participaram de um projeto de pesquisa coordenado pela docente Eliamar Fleury, que utilizou a musicoterapia durante o processo de Reprodução Assistida. Tese de doutorado da professora, a pesquisa comprovou a eficácia da musicoterapia na redução do estresse, bastante comum neste grupo de pacientes.

Os benefícios da musicoterapia já ganharam destaque em diversas outras publicações científicas. Uma pesquisa realizada em 2015 pela Universidade Queen Mary, em Londres, abordou o uso da música em pacientes cirúrgicos. Depois de aplicar 70 testes, em sete mil pacientes, os cientistas concluíram que escutar música antes, durante e após um procedimento, reduz o desconforto cirúrgico e melhora a experiência do paciente, ajuda no relaxamento, na redução da ansiedade, da dose de analgésicos ou sedativos, e da dor, favorecendo a alta hospitalar em menor tempo.

Projeto de pesquisa foi realizado em parceria com Laboratório de Reprodução Humana do Hospital das Clínicas da UFG



Professora Eliamar em seu laboratório

Apesar disso, a docente da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC/UFG), explica que a musicoterapia ainda é pouco difundida na sociedade, uma vez que a maioria da população não conhece a terapêutica. “O senso comum acha que usar a música para relaxar e distrair, sobretudo por pessoas com algum tipo de vulnerabilidade, é musicoterapia. Isso é um grande equívoco. Utilizamos técnicas específicas conforme as necessidades de saúde do paciente. Além disso, ele é engajado em experiências musicais distintas, que mais favoreçam sua melhora.” A musicoterapia deve ser feita por um profissional habilitado e sempre terá fins terapêuticos.

Durante a pesquisa realizada por Fleury, as pacientes recebiam atendimento individual em três etapas: antes da ultrassonografia, antes da coleta de oócitos e antes da transferência embrionária (caso tenha sido formado embrião ou antes da paciente receber a notícia da não formação embrionária). Segundo a pesquisadora, cada intervenção teve duração de 50 minutos, em que

as participantes poderiam cantar sua própria música e tocar instrumentos musicais. “Os resultados foram bastante positivos. Eu acompanhava as pacientes com o violão enquanto elas criavam suas músicas que traziam os sentimentos de esperança, expectativa, tristeza, o medo do tratamento não surtir resultado e tantos outros aspectos envolvidos nessa fase de vida”, lembra.

Sentimento de alívio

“Sempre achei a musicoterapia uma coisa desnecessária, abstrata, a gente vê muito em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Mas quando estamos aqui [referindo-se à sala de espera] sob essa pressão da inseminação, fertilização. Na primeira sessão eu já achei que foi muito bom, porque é como se a gente esvasiasse um pouco da angústia. Você chega igual uma panela de pressão, e a sensação que eu tive é como se tivesse aberto aquela tampinha da panela e dado uma aliviada, então eu saí daqui mais calma, mais segura e mais tranquila. Achei muito bom porque me ajudou em outros dias em que não tinha atendimento (sic).”

O depoimento acima pertence a uma paciente (não identificada) que participou da pesquisa. Para Eliamar, o relato representa não apenas a eficácia dos resultados que a musicoterapia proporcionou ao grupo, como também a construção de uma memória afetiva. De acordo com ela, histórica e culturalmente, a exigência social sobre a mulher afeta ainda mais a saúde mental das pacientes que buscam o tratamento de infertilidade. “No meu contato com as participantes da pesquisa, eu ouvi muitas histórias de mulheres que evitavam, inclusive, o convívio em sociedade em função da cobrança da maternidade. Então enquanto realizávamos os atendimentos era como se as pacientes estivessem numa determinada esfera sob muita pressão e, através da música, fossem aos poucos afastadas daquele sentimento de culpa, de medo, cobranças. A voz é a expressão mais profunda do nosso ser, então quando você canta uma música que retrata a sua história, ou quando você cria sua própria música, é um alívio para o ser como um todo, para a alma”, explica a pesquisadora.

Atendimento acessível

Atualmente, a professora Eliamar coordena o Laboratório Pedagógico de Musicoterapia (LabPMut). O projeto de extensão tem como objetivo aproximar a população da universidade. Na disciplina de Núcleo Livre, “Corpomente, música e princípios da musicoterapia”, a intenção é conscientizar estudantes e pessoas da comunidade externa sobre o autocuidado, e práticas diversas que podem auxiliar na melhor gestão diária do estresse e da ansiedade. Além disso, a Clínica de Musicoterapia da UFG e o Laboratório Interdisciplinar de Educação em Saúde Comunitária, também realizam o atendimento do público.

Foto: Luciana Porto

Flávio Dino: “esta ideia do vale tudo é muito perigosa para toda a sociedade”.

Durante o Painel de Debate sobre o Lawfare, conversamos com o governador do Maranhão sobre guerra jurídica e políticas públicas para a área da Educação

Foto: Jean Evangelista



Flávio Dino é um dos nomes preferidos para corrida presidencial em 2022

José Abrão

O atual governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), rompeu com quase um século de hegemonia da família Sarney na política estadual. Se reelegeu no ano passado na mesma ampla coligação majoritária que lhe rendeu seu primeiro mandato que vai do DEM ao PT. Em suas políticas públicas, chamou atenção por investir pesadamente em educação, subindo o piso salarial do professor estadual para R\$ 5.700. Antes de político, Dino é professor e magistrado: entrou como docente de Direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1993 e foi juiz federal por 12 anos.

Jornal do Professor: O que o senhor acha da importância de se debater o lawfare?

Flávio Dino: A lei é para todos, a lei deve ser aplicada de modo isonômico, ninguém deve ser privilegiado assim como ninguém deve ser perseguido e por isso mesmo é preciso que nós discutamos como recompor a ética da legalidade no Brasil, ferida na medida em que parte do sistema Judiciário brasileiro e outras instituições lamentavelmente se partidaram, se ideologizaram de modo indevido e acabaram fazendo com que não houvesse o cumprimento das suas missões institucionais. Sobre tudo no que se refere à imparcialidade na aplicação da lei. O que nós vimos

é que devido a fatores externos aos valores jurídicos lamentavelmente houve resultados processuais que não são condizentes com a lei. Alguns princípios foram descartados na história recente do Direito no Brasil e é um dever dos profissionais da área e não só deles, de garantir que a legalidade seja preservada no País, porque isto não é proteção para político A ou B, é uma proteção necessária a todos os brasileiros (as). Todos podem ser vítimas de atos arbitrários, de perseguições, danos ao seu patrimônio e integridade física. Então, esta ideia do vale tudo é muito perigosa para toda a sociedade.

JP: E qual a relevância de, dado o contexto, este evento ser promovido por um sindicato de docentes e ocorrer dentro de uma universidade pública?

Flávio: Eu sou professor da UFMA desde 1993, portanto, depois de 26 anos de magistério no curso de Direito, sei da importância de termos uma universidade viva, plural, que além da sala de aula também promova debates sobre temas da atualidade e que levem à reflexão da comunidade acadêmica e da sociedade. É um dever da universidade promover este tipo de debate e por isso participo sempre que convidado, pra mim é uma alegria estar aqui a convite do Adufg.

JP: O senhor tem a Educação como prioridade no Maranhão.

Como a pauta da Educação pode ser usada para barrar a atual corrente de retrocessos?

Flávio: A Educação compõe o núcleo de uma política inovadora que privilegia o combate às injustiças e às desigualdades sociais. A escola é o espaço pelo qual nós podemos aumentar o coeficiente de igualdades, de chances e oportunidades na sociedade. Há um consenso retórico sobre isso. O grande desafio é concretizar aquilo que todos dizem como slogan no mundo prático e nós, graças a Deus, temos conseguido fazer isso com políticas educacionais vitoriosas que passam pela elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), investimento em recursos humanos com um programa continuado de formação de professores, concursos para docentes, valorização com um dos maiores salários do Brasil para a rede estadual, assim como um programa ousado da melhoria de infraestrutura, abrangendo desde a construção de novas escolas à substituição de prédios precários e reformas. A soma de todos estes elementos determina uma política educacional séria com impactos a curto e a longo prazo.

JP: Como o senhor vê a oposição hoje e qual o seu papel nela?

Flávio: Eu acho que a oposição está cumprindo o seu dever de ser uma força de resistência em relação à retrocessos sociais e econômicos, mesmo na Reforma da Previdência vimos que o texto enviado pelo Governo Federal era muito ruim, antissocial, antipopular, e a resistência da oposição fez com que houvessem algumas vitórias pontuais. Claro que permaneceram problemas, mas foi mostrado na prática que a oposição tem um papel imprescindível. Na resistência, na apresentação de propostas e ideias para melhorar a vida política do País! Ao mesmo tempo, estamos trabalhando para novas batalhas eleitorais. Somos oposição agora, mas vamos lutar muito para que, seja no plano municipal que se avizinha, mas sobretudo nas eleições nacionais de 2022 nós tenhamos um resultado melhor e voltemos a governar o Brasil na perspectiva do progresso social.

Meu papel é ajudar, fazer com que diálogos mais amplos aconteçam, para que com isso a gente obtenha essa vitória eleitoral que é vital para o nosso País.

JP: Há planos para 2022?

Flávio: Há vários planos, porque depende de uma série de fatores e não de uma decisão individual. Posso participar de diversos modos. Tenho buscado me dedicar, além do governo do meu Estado, a esse diálogo, a participar de eventos, para que lideranças de vários partidos se aproximem e a gente tenha um ambiente favorável no futuro para ver quem terá a honra de nos representar nas eleições de 2022. Temos ótimos nomes no campo político do Brasil, posso apoiar qualquer um deles e vou fazer com muita alegria.

JP: Como o senhor avalia o Projeto Future-se?

Flávio: Eu não vejo futuro para uma ideia que é baseada na redução de financiamento. A Educação Pública, gratuita e universal é um direito fundamental, sobretudo em sociedades desiguais como a brasileira. A soberania científica e tecnológica do Brasil só poderá ser protegida mediante um sistema educacional forte, abrangendo com centralidade as universidades públicas, os institutos federais e assim sucessivamente. Pratico no meu Estado uma política de fortalecimento. Hoje atuamos com duas universidades estaduais e criamos um instituto estadual, que é um espelho do instituto federal e achamos que isto é o certo. O modelo constitucional de 1988 diz que podem existir instituições privadas, mas que as instituições públicas devem ser geridas como instituições públicas com recursos públicos, para que tenham autonomia e possam crescer e se desenvolver, dando oportunidades sobretudo à população brasileira mais pobre, que não terá acesso à educação se não for por meio de políticas públicas como historicamente sabemos no Brasil. O serviço público é o caminho de promoção da igualdade e qualquer submissão do serviço público a uma lógica mercantilista é nociva.

Leandro Demori: “quem seguir negando os fatos está fazendo papel de otário”.

O editor-executivo do site *The Intercept Brasil* fez duras críticas ao juiz Sérgio Moro, à Lava-Jato e ao papel da imprensa ao propagar desinformação

Foto: Jean Evangelista



Demori diz que a imprensa foi irresponsável na cobertura da Lava-Jato

José Abrão

Na oportunidade, o JP também conversou com o jornalista Leandro Demori. Ele é editor-executivo do site *The Intercept Brasil* e principal responsável pela série de reportagens chamadas de Vaza Jato, que expuseram conversas de grupos de chat dos agentes envolvidos na operação Lava-Jato.

Jornal do Professor: Gostaria que você começasse falando do seu painel que envolve o papel da mídia.

Leandro Demori: Com a Lava-Jato e especialmente com as revelações da Vaza Jato feitas pelo Intercept e seus parceiros a gente começa a popularizar o lawfare que era um tema pouco conhecido no Brasil. A reportagem que publicamos ontem (reportagem ‘Intercepta Ela’, 20ª divulgada pelo site e publicada no dia 11/09) fala de como um perseguido pela Lava-Jato fugiu para o exterior, estava em Portugal - eles queriam localizar essa pessoa e trazer ela pro Brasil. Quando eles não conseguem, eles vão pra cima da filha dele e falam claramente que não havia motivos para investigá-la, pedem autorização para o juiz Sérgio Moro duas vezes para fazer busca e apreensão, apreender celulares, ir na casa dela. Na primeira ele nega e na segunda, sem nenhum fato novo, aceita, fazem essa pressão para que o pai dela se entregue. Isso é praticamente um resumo do que é o lawfare.

JP: Qual é a importância de realizar eventos como este, especialmente dentro da univer-

sidade? Você veio recentemente em outro evento promovido pelo Sindicato dos Jornalistas (SindJor-GO) falando especialmente para estudantes.

Leandro: Algumas coisas no Brasil estavam consolidadas e a gente achava que podia perdê-las mais. Parece que a gente teve que correr o risco de perdê-las para voltarmos a valorizá-las. Uma delas é o sindicato, que ficou muito tempo marginalizado, parece que até os profissionais não davam muita atenção a essas entidades, parecia que não faziam mais sentido, até que no momento que os sindicatos são ameaçados, eles voltam a ter força. O evento que fiz do SindJor-GO estava lotado, foi incrível, com muita gente jovem. É muito bom revermos a importância desse tipo de associação e que vejamos que sem elas a democracia fica pior, não existe democracia forte no mundo sem sindicato forte.

JP: Como foi sua ida à Câmara dos Deputados?

Leandro: Era basicamente uma sessão para se falar sobre a Vaza Jato e era pra levar o procurador-chefe da Lava-Jato, o procurador Deltan Dallagnol e ele não foi. Fui na condição de convidado, aceitei de livre espontânea vontade porque não devo explicações como o Deltan e acho que ele como agente público, pago com nossos impostos, teria obrigação de estar lá e não esteve. E os deputados da situação, fiz questão de nomeá-los na audiência, desde quando começamos a

publicar as matérias, vêm falando absurdos sobre a equipe do Intercept. Pedindo prisão, fechamento do site, movendo ações subterrâneas para nos constranger e nos ameaçar. Estive lá, esperando que eles aparecessem para confrontar essas versões fantasiosas que eles criaram. E, estranhamente, Joice Hasselmann, Kim Katagiri, Carla Zambelli, Carlos Jordy, ninguém apareceu. Dá pra ver que a coragem deles termina onde acaba a bateria do celular.

JP: No começo de setembro você chegou a divulgar que ia na Câmara e lançou um desafio ao Dallagnol para fazer nesse debate.

Leandro: Não é pra ter uma briga, mas ele devia ir lá apresentar explicações à população brasileira. O evento foi transmitindo ao vivo, porque ele não vai dar uma explicação plausível para as coisas que eles cometeram durante a operação Lava-Jato?

JP: Como você está vendo a imprensa em relação a tudo isso? A imprensa estava intimidada pela Lava-Jato?

Leandro: A imprensa brasileira teve um grande azar e uma grande irresponsabilidade durante a cobertura da Lava-Jato. Nos anos da operação foram justamente os anos em que a maior parte do dinheiro que financiava a imprensa brasileira, especialmente os veículos impressos tradicionais, desapareceu e migrou para Google e Facebook. E nisso as empresas jornalísticas demitiram muita gente, o que os jornalistas chamam de “passaralho” (demissões em massa). Tivemos a falência de vários veículos, inclusive o grupo Abril. Nesse meio, a Lava-Jato surge como centralizador de notícias altamente explosivas e de graça para a imprensa. Ela supre toda a falta de braço e bons repórteres na redação para correr atrás de boas histórias para fazer jornalismo investigativo de fato. Você simplesmente colava um jornalista em Curitiba e de lá saía notícia quase todo dia. Foi muito conveniente. E foi irresponsável porque não duvidou dessas pessoas, das fontes, confiou demais, por cinco anos, tudo que elas passavam para frente era verdade absoluta.

JP: Vocês estão com uma responsabilidade muito grande nas mãos, falam que é o “Watergate brasileiro”, algo a ser ensinado nas escolas de jornalismo,

mas apesar da repercussão estes agentes e estes governos ainda estão aí. Por quê?

Leandro: Tem uma parte da imprensa que ainda está tratando a Vaza Jato como uma ameaça e falo especialmente da Rede Globo, é evidente que é um assunto incômodo para eles. A maneira como eles cobrem Lava-Jato é ridícula, blocos inteiros dos telejornais com falas do Moro e do Dallagnol. Isso é mau jornalismo. O Watergate quando estourou, logo após o Nixon se reeleger. Só teve consequência muito tempo depois, acho que este tipo de escândalo jornalístico tem o seu tempo. Começamos a publicar há três meses, é muito cedo para o sistema digerir o que aconteceu e se movimentar. Demos uma reportagem em parceria com a Folha de São Paulo em que os grampos do ex-presidente Lula, nos dias do famoso áudio do Bessias, em que ele foi convidado para ser ministro da Dilma, mostrou claramente que a Lava-Jato escondeu do STF 21 tapes e divulgou somente a 22ª fita, não levando as demais ao conhecimento dos ministros e estão sob sigilo até hoje, sabe-se lá onde e na mão de quem. Nesses grampos há uma conversa com o ex-presidente Temer e mostram que o principal interesse do Lula na época era tentar organizar o governo, acabar com a crise política e fazer o governo Dilma ir até o final. Evitar esse caos que estamos vivendo. Confirmamos a conversa com o próprio Temer e ele disse isso pra gente. A conversa era nesse tom. Por que eles esconderam 21 gravações e só mostraram uma que levou as pessoas às ruas e ao processo de impeachment? Isso é uma fraude jurídica, isso é lawfare, guerra jurídica. Como agente do Estado, usar um pedaço de informação, esconder o resto para criar sua própria narrativa e se beneficiar dela. Veja bem, o procurador Deltan Dallagnol faturou meio milhão de reais com palestras. O ex-juiz Sérgio Moro se beneficiou diretamente, virando ministro de Justiça, mirando uma vaga no STF, prometida a ele. Está cada vez mais claro isso. Antes as pessoas podiam achar que a Lava-Jato tinha sido uma operação politizada, hoje elas podem ter certeza, é impossível negar os fatos. Quem seguir negando os fatos está fazendo papel de otário.

Conselheira é exonerada da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

Mandato da professora Maria Clorinda Fioravanti, da Escola de Veterinária e Zootecnia, se estendia até o final de 2020. Afastamento é considerado ilegal

José Abrão

A diretora da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da UFG, professora Maria Clorinda Fioravanti, teve uma surpresa na última semana de agosto deste ano. Ela descobriu, via Diário Oficial, que havia sido exonerada do Conselho Superior (Cosup) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), bem no meio do seu mandato de três anos. “Não fui notificada. Não recebi um e-mail, um telefonema. Nada”, relata. O Cosup foi instituído pela Lei de criação da Fapeg e tem o papel de decidir os rumos políticos da fundação, principalmente onde será investido seus recursos, que editais abrir e quando e assim por diante. Ele é formado por diversas instituições como a UFG, UEG, PUC, entre outras entidades privadas de ensino, e empresas do setor econômico do estado.

Existem duas vagas que são de livre escolha do governador e que não precisam ser ocupadas por doutores. Historicamente, estas duas vagas de indicação do mandatário foram preenchidas por pessoas diretamente ligadas à comunidade acadêmica. Todos os mandatos são de três anos permitindo uma recondução. “No final de 2017, o Marconi Perillo indicou dois docentes da UFG: eu e o professor Marcos Ávila”, disse Clorinda, que critica a ação do governo, “a lógica era formar uma Fapeg mais técnica e menos política. Um governador

que abre mão de colocar alguém dos próprios quadros para colocar acadêmicos, com renome científico e formação sólida, deixava claro que o governo entendia que o papel da Fapeg era prioritariamente técnico”.

Ela reitera que o governador está no seu direito, mas que não há justificativa para a exoneração antes do final do mandato. E apenas ela foi substituída: “no Diário Oficial do dia 23 de agosto de 2019, sem receber um telefonema, nem fui informada por ninguém da Fapeg, que eu havia sido substituída, só eu e não o Marcos Ávila, pelo Márcio César Ferreira, pessoa hoje lotada na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado”.

“No meu caso, minha leitura é clara, a intenção e a lógica do governo Caiado é trazer a Fapeg muito mais para tecnologia e inovação aliada com empresas e com ações do governo do que pensar em uma Fapeg como fundação para realmente garantir o crescimento da ciência, tecnologia e inovação”, lamenta a professora, “infelizmente, as pessoas não conseguem entender que é impossível ter tecnologia e inovação sem a ciência. Não adianta investir em um e deixar de investir no outro lado”.

Ela declara que acha que esta aproximação com o empresariado não é errada, é o caminho certo, só que “o que eles não conseguem entender é que sem ciência não há tec-



Foto: José Abrão

A diretora foi pega de surpresa: “Não fui notificada, não recebi um e-mail, um telefonema. Nada!”

nologia. Pra fazer melhor, você tem que sempre saber mais. É por isso que o binômio é C&T. Não tem país do mundo com grande desenvolvimento econômico que não tem ciência forte”.

Ela lembra como exemplo de sucesso a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): “lá você tem 1% em duodécimos do Estado destinado à ciência. Por que que USP e Unicamp estão à frente do resto do Brasil? Porque elas têm mais de 30 anos de inves-

timento em ciência. E quando Goiás começa a caminhar, com uma das melhores fundações do Brasil, a gente vê isso indo por água abaixo”, desabafa.

A professora questiona a base legal para a mudança. “Fiz um ofício para o procurador que dá o suporte jurídico para a Fapeg e não tive respostas”, disse. A assessoria jurídica do Adufg-Sindicato já foi acionada.

Até o fechamento desta edição, não houve resposta por parte da Fapeg, mesmo após várias tentativas de contato pelo *Jornal do Professor*.

O que pensa o assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, sobre a exoneração da docente:

A substituição da Conselheira Maria Clorinda Fioravanti na vaga de livre escolha do Conselho Superior da Fapeg pelo atual Governador, publicada no Diário Oficial de 22.08.2019, parece-nos afrontar diretamente o que se está previsto no caput do art.

37 e no art. 5º, II da Constituição Federal da República de 1988, ambos que delimitam o conteúdo do princípio da legalidade, eis que se analisarmos a Lei de regência da Fundação, lei Nº 15.472/2005, veremos que o art. 7º, XI, possibilita ao Governador de Goiás nomear,

de livre escolha, dois conselheiros (as), todavia, nomeados esses (as) conselheiros (as), passa-se aplicar o art. 8º da mesma lei, que garante ao nomeado um mandato de (3) três anos e, tal mandato, só poderá ser perdido se o conselheiro (a) faltar a duas reuniões ou renun-

ciar. Nesse sentido, parece-nos ilegal e inconstitucional a substituição da conselheira no decorrer do exercício do seu mandato que contava com apenas um ano e oito meses de efetivo exercício, eis que não ocorrerá nenhuma das hipóteses previstas em lei.

UFG terá primeiro curso de graduação em Inteligência Artificial do Brasil

Turma com 40 estudantes deve ingressar no primeiro semestre de 2020. Desenvolvimento de carros autônomos, identificação facial, drones que entregam encomendas poderão ser desenvolvidos pelos alunos

José Abrão

O Instituto de Informática (Inf) da UFG está prestes a crescer: foi aprovado por unanimidade a criação do curso de bacharelado em Inteligência Artificial (IA). Além da conquista, vem o pioneirismo: este é o primeiro curso sobre o tema em todo o Brasil. Serão 40 vagas e a turma deverá ingressar no primeiro semestre de 2020. Até agora, IA no País só costumava aparecer somente em pós-graduação, sendo tema e área de pesquisas de mestrado e principalmente de doutorado. Desta forma, o curso de graduação vem para preencher uma demanda enorme do mercado de trabalho e uma lacuna perceptível para a formação desses profissionais. Em 2020, serão criados outros dois cursos similares: um no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e outro na Carnegie Mellon University, colocando a UFG na vanguarda mundial da formação em IA no nível bacharelado.

“Eu pessoalmente estou aqui há quase 30 anos e desde a graduação me interessei por esta área”, conta o professor Cedric Luiz de Carvalho, um dos idealizadores do novo curso. “Nos últimos anos a IA teve um boom em função de uma série de fatores. Na verdade, a IA está na computação desde a década de 1950, o problema é que antes não havia recursos computacionais suficientes para poder produzir as soluções que desejamos”, explica.

No final do ano passado, ele e outros professores do Instituto realizaram algumas reuniões e definiram o projeto para a concretização deste objetivo. Para ele, a criação do curso reflete também o próprio crescimento e amadurecimento do Inf e da UFG. “Quando eu vim para Goiânia, a gente nem tinha a disciplina de IA no curso de Ciências da Computação. Depois de um bom tempo



Foto: José Abrão

O professor Cedric Luiz de Carvalho foi um dos idealizadores do novo curso

essa matéria foi introduzida no curso e seguimos tendo uma disciplina da área”, conta. Agora a IA não cabe em uma disciplina. “O conteúdo de IA é extremamente amplo. Simplesmente não dá. Você não consegue desenvolver soluções interessantes, coisas práticas, porque não dá tempo”, disse. Por isso essa demanda acumulada acabava sendo carregada para a pós-graduação, ou senão era atendida da melhor forma possível pelo autodidatismo: “se o cara quiser estudar isso, ou ele ia pro mestrado ou hoje em dia tem o YouTube, muitos vão lá assistir e saem dizendo

que trabalham com IA”.

Com a graduação, será possível consolidar o ensino na área de uma forma inédita.

“O que tem por trás da IA é uma fundamentação teórica forte, densa, baseada em estatística e outras disciplinas que levam às soluções que sejam úteis nas mais diversas áreas do conhecimento”, afirma. Para tanto, os professores do Instituto estão desenvolvendo o projeto pedagógico do curso, que deve girar ao redor de uma abordagem mais prática. “Isso nos permite criar um curso diferente, não só no sentido de dis-

ciplinas, mas pela forma como o aluno vai trabalhar na universidade. A ideia é que o discente seja o agente do seu aprendizado”, planeja, “não é só chegar e o professor despejar o conhecimento sobre o estudante, mas o aluno ter condições de construir seu aprendizado e de empreender, porque esta é uma área fértil para a criação de startups e desenvolvimento de soluções”.

Porém, para quem é leigo, a imagem que se tem da IA ainda é polêmica ou senão mesmo apocalíptica: quem não se lembra dos filmes Matrix ou dos robôs assassinos de O Exterminador do Futuro? A realidade é muito diferente, garante Cedric. “IA é construir soluções que executem tarefas humanas que podem ser consideradas inteligentes. Coisas que achamos simples, por exemplo, classificar seus e-mails. Parece algo bobo, mas você pode classificar que se tiver esta palavra, é spam, mas é algo que normalmente quem faz é a pessoa: vai lá na sua caixa e ver o que é. Isso pode ser automatizado. Os critérios, as regras, já estão na sua cabeça”, explica.

A partir daí o céu é o limite. Carros autônomos, identificação facial, impressões digitais, drones que entregam encomendas. Como se faz isso? A partir de dados. Hoje temos uma quantidade muito grande de dados disponíveis e máquinas capazes de processar essas informações, que até pouco tempo atrás não existiam ou eram muito caras. Com o barateamento do hardware e com essa disponibilização massiva de dados, houve uma mudança de paradigma. A tendência é você ter cada vez mais informações, máquinas mais poderosas. Empresas grandes investem nisso como Facebook, Google e Nvidia. “Essa é uma tendência que vai longe porque é o tipo de coisa que facilita nossa vida”, acrescentou.



Foto: José Abrão

Professora Daniela e seus alunos no laboratório

Laboratório da UFG conquista R\$ 500 mil de investimento em pesquisas

Professora Daniela de Melo e Silva e seus orientandos realizam estudos sobre DNA relacionados ao uso de agrotóxicos. Grupo do ICB auxilia na conscientização sobre a utilização de EPI's e no cuidado da saúde dos trabalhadores rurais

José Abrão

Em meio a cortes cada vez maiores, uma conquista. A professora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Daniela de Melo e Silva, conseguiu um grande investimento para o seu laboratório e especialmente para pesquisas relacionadas ao uso de agrotóxicos, temática com que ela trabalha desde 2010. Seu principal foco é avaliar o impacto que a exposição a estas substâncias tem na saúde dos trabalhadores rurais que as aplicam. Ao longo dos anos, ela e seus orientandos já catalogaram informações de mais de 600 pessoas em dezenas de municípios do interior do estado de Goiás.

“Fazemos testes e análises clínicas, que são testes simples que o Ministério da Saúde exige que estes trabalhadores façam e que mesmo assim eles não fazem que são hemograma, lipidograma, dosagem de uma enzima que é uma marcadora principalmente de exposição ao dano fosforado, de um glifosato, por exemplo, aí é até bom para a gente convencer que eles precisam fazer”, conta. São testes que mostram que o DNA está sofrendo alguma agressão. “Não é uma mutação ainda, porque nosso DNA pode

ser agredido constantemente, só que reparamos estas lesões”, disse. Ela relata que a maior parte destes trabalhadores não utiliza os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ou não usa de forma correta, e por isso “esse DNA tende a ser constantemente agredido e com o tempo ele passa a não ser corrigido e essa lesão vira uma mutação e essa mutação pode causar tumores nestes trabalhadores”, afirma, “têm tumores que estão associados com a exposição ocupacional a agrotóxicos como tumores de tireoide, hematológicos como leucemias e linfomas e tumores de estômago”.

Além disso, a maioria deles bebe e fuma: “aí você tem exposição à agrotóxicos, idade, o estilo de vida e tudo isso associado leva a uma doença grave, como o câncer”. Eles estão expostos em média a mais de 18 tipos de agrotóxicos na lida do campo. Para manter a pesquisa funcionando ao longo de quase uma década, a professora conta que foi saltando de um para outro programa de fomento. Primeiro pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), via Ministério Público, depois pelo

Governo Federal, via CNPq, e assim por diante, sendo o mais recente o Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS).

Neste período, já encontraram mutações sérias: “lá em Silvânia teve um trabalhador que tinha um linfoma, um rearranjo, que tinha sido exposto a agrotóxicos por mais de 30 anos e que fumava todos os dias”, relata Daniela, “acho que 90% das células dele tinham essa translocação. Não tinha tido câncer ainda, mas o número de células afetadas chama atenção”.

Ela avalia que os trabalhadores são muito resistentes, mas que o grupo além dos exames, busca conscientizá-los, distribuindo cartilhas sobre o uso dos agrotóxicos e a da importância dos equipamentos de proteção.

“O essencial é mostrar que os agrotóxicos são tóxicos: têm que ser usados com moderação e não é à toa que diversos países do mundo baniram uma série de agrotóxicos e a gente persiste, quer continuar utilizando”, disse, “tem o impacto positivo: muitas pessoas nos procuram para fazer os exames. E o negativo: tem gente que acha que nós somos contra o agronegócio. Não somos, a

gente sabe que a população tem que se alimentar, só que a gente ressalta que este tipo de uso de agrotóxicos tem que ser feito com consciência, responsabilidade e por pessoas treinadas para este fim. Não se pode deixar de lado a segurança”.

Este investimento no laboratório veio via Emenda Parlamentar, conduzida pelo doutor Zacharias Calil (DEM), eleito deputado federal por Goiás. “Ele me ligou há um mês e tem muita preocupação com este uso descontrolado de agrotóxicos mesmo sendo de um partido que é favorável a isso. Disse que como médico ele não pode fechar os olhos”, conta Daniela.

Os valores, quando chegarem, têm destino certo: ampliar e melhor equipar as instalações assim como investir em insumos e demais recursos necessários da própria pesquisa. “Quando eu recebi esta notícia da emenda eu fiquei muito feliz. Mesmo em um laboratório desse tamanho conseguimos trabalhar muito. A nossa pesquisa é importante, já fazíamos muito com pouco recurso, agora com este recurso acredito que vamos ampliar a nossa capacidade de análise e de resultado para a sociedade”, finaliza Daniela.

Painel de Debate sobre o Lawfare discute o papel do Judiciário com convidados de renome internacional

O evento foi realizado entre os dias 11 e 12 de setembro e teve entre seus participantes o governador do Maranhão, Flávio Dino

Luciana Porto

Nos dias 11 e 12 de setembro o Adufg-Sindicato promoveu, em parceria com a Faculdade de Direito (FD) da UFG, o Painel de Debate sobre o Lawfare realizado no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáical, no Campus Sambaíba. A mesa de abertura foi composta pelo reitor da UFG, Edward Madureira Brasil; pela vice-reitora, Sandramara Matias Chaves; a vereadora Tatiana Lemos; a diretora da FD, professora Bartira Macedo de Miranda; o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva; o presidente do Conselho Deliberativo da Proifes-Federação, professor Nilton Brandão; o coordenador-geral do SINT-IFESgo, Fernando da Motta; o coordenador jurídico do evento, Osmar Pires; a coordenadora-geral do Centro Acadêmico XI de Maio (Caxim) e membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Rafaela Félix.

“Organizamos este painel exatamente para aproximar a comunidade acadêmica deste tema tão debatido nos meios jurídico e político”, disse o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva. A professora Bartira, afirmou que “este evento nos deixou algumas lições. Desde que o poder punitivo existiu, isto vem sendo feito. Na Idade Média, se elegeu as mulheres: elas eram bruxas. É o discurso que justifica perseguição e massacre contra determinados grupos a cada momento histórico. É uma visão bélica do sistema penal. Esse discurso ainda funciona perfeitamente, por isso vemos com muita preocupação quando ele se voltou contra a política”.

No segundo dia do evento, o debate começou com as falas do editor-executivo do site The Intercept Brasil, Leandro Demori, e o procurador da República em Goiás, Wilson Rocha Fernan-



Fotos: Jean Evangelista

Ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão abordou o caso da prisão do ex-presidente Lula

des Assis. “Pobres, mulheres, loucos. Estes conhecem e vivem o lawfare cotidianamente há séculos. Precisamos partir desta crítica estrutural do Direito. O Direito em alguma medida foi instrumentalizado para lograr fins políticos”, disse Rocha, “a novidade é que isto chega a um nível em que as instituições máximas do País e o maior partido político se tornem alvo dessa guerra jurídica e não é novidade que agentes da justiça se unam à jornalistas para atingir estas finalidades políticas”.

Ele encerrou sua fala abordando o Direito Penal. “O processo penal não é para ser um instrumento de punição, mas o que a prática do sistema penal

mostra não é bem isso. Até certo ponto ele é só punição”. O painel seguinte teve exposição do assessor jurídico do Adufg-Sindicato, o advogado e mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito (FD), Elias Menta, e o promotor de Justiça do Ministério Público Estadual do Paraná – MPE/PR, doutor pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha/Espanha, Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Jacson Zilio.

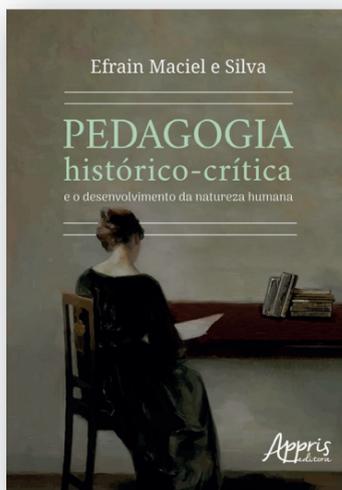
Zilio argumentou que o lawfare hoje é fruto de um pragmatismo radical. Com base nisso, ele explicou que esta abordagem um tanto zelote afasta a prática do pensamento intelectual. “Uma das características desse movi-

mento conservador é resolver as coisas de maneira fácil, rápida, do que buscar discussões ou socorro para a academia ou o intelectualismo. Quem atua nessas vertentes do Estado tem pavor do pensamento acadêmico porque ele não tem um sentido pragmático imediato, não te dá soluções a curto prazo”, disse.

Há também uma profunda e idealizada ideia de lei e ordem: “há uma diferença entre nós e os delinquentes e a solução passa pelo aumento da repressão, inclusive para fatos de pequena monta, a ideia de tolerância zero, de que não há outra solução que não a dor, a punição e a guerra”. Na sequência, houve painel com fala do ex-ministro da Justiça e professor titular de Direito Internacional da Universidade de Brasília (UnB), Eugênio Aragão.

Caso Lula

O docente comparou a perseguição sofrida pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva com Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek. “Nada foi provado sobre Lula, mas ele continua preso. Ele saiu da presidência com uma mão na frente e a outra atrás, e ainda assim continua sendo acusado”, relatou. O ex-ministro também citou o caso de Dilma Rousseff. Segundo Aragão, o impeachment foi o início da manobra realizada pela oposição para a prisão de Lula. O palestrante criticou duramente as ações da Justiça em ambos os casos e definiu como “juristas de meia tigela” quem utiliza dos recursos jurídicos para perseguição política ou ideológica. “Não é tarefa de um burocrata o julgamento moral. Seremos amanhã julgados pela história da mesma forma que julgamos os acusados. Fazer justiça é uma tarefa difícil, mas esse é um dever que tem de ser feito com superioridade, empatia e de forma digna”, pontuou.



Pedagogia Histórico-crítica e o desenvolvimento da natureza humana

Efrain Maciel e Silva

Editora Appris /150 páginas

No livro Pedagogia histórico-crítica e o desenvolvimento da natureza humana o leitor vai encontrar uma defesa do trabalho docente e da função clássica da educação escolar. Entendemos que desvelar o real para além de suas aparências visíveis e imediatas do cotidiano é socializar a todos os indivíduos a possibilidade de aprender o que de mais desenvolvido o gênero humano alcançou até o momento. É por isso que a escola deve ter como função transmitir o saber sistematizado em suas formas mais desenvolvidas, expressos nos conhecimentos clássicos das Ciências, das Artes e da Filosofia. A educação escolar desempenha um papel fundamental, pois é por meio dela que os seres humanos têm a possibilidade de desenvolverem suas máximas capacidades e possibilidades. Apenas nossas relações sociais cotidianas darão conta de nossa constituição enquanto seres sociais, no entanto, o que a pedagogia histórico-crítica defende é a possibilidade do desenvolvimento das máximas capacidades humanas e são estas que não estão imediatamente disponíveis em nossas relações cotidianas e devem ser teleologicamente produzidas pelos seres humanos, para que possamos ter acesso a elas. Ao analisar o trabalho como categoria fundante do ser social, podemos compreender como se dá a relação dialética da ação humana com a natureza e por que essa relação é fundamental para a compreensão do desenvolvimento social da natureza humana. Analisar as relações entre o trabalho educativo e a natureza humana nos permite a compreensão dos fundamentos ontológicos da pedagogia histórico-crítica, compreendendo os limites da atividade educativa nas relações sociais capitalistas e suas possibilidades de vir a ser na proposição de uma teoria pedagógica que entende dialeticamente as relações entre educação e sociedade, bem como a sua especificidade enquanto um espaço que, ao promover diretamente o máximo desenvolvimento dos indivíduos, contribui indiretamente para a transformação das bases sociais. Em um momento de ataque ao conhecimento, desqualificação da função da escola e do trabalho dos professores, este livro traz sólidos fundamentos que somam esforços na construção coletiva da pedagogia histórico-crítica, sendo destinado a todos que tenham interesse numa educação crítica e revolucionária, em especial, aos professores e alunos dos cursos de licenciaturas e demais profissionais da educação.

A crítica em novos espaços: ensaios, entrevistas, fortuna crítica

Moema de Castro e Silva Olival
Gráfica UFG/680 páginas

“Este novo livro – A crítica em novos espaços – representa não somente mais uma contribuição da professora Moema Olival à área de Letras, mas também nos parece ser uma espécie de livro-síntese da autora fundamental que vem exercendo frente à cultura goiana e nacional. Dividido em três partes, intituladas Ensaios, Entrevistas e uma breve Fortuna Crítica, especialmente a primeira delas representa, a nosso ver, essa síntese que a segunda parte vem corroborar com as palavras da própria escritora na condição de entrevistada. Tal ocorre porque seus Ensaios se dedicam tanto à análise crítica de obras de autores goianos, nacionais e estrangeiros, como as biografias, as pesquisas, conferências, discursos, resenhas, opinião especializada – todos exemplos dessa síntese de que vimos falando, porque espelham praticamente todas as atividades de produção textual a que se dedicou a professora Moema Olival ao longo de sua carreira e que podem ser encontradas nos mais diversos livros e artigos que publicou.” (Albertina Vicentini)



A poesia em Goiás: estudo, antologia – 3ª edição

Gilberto Mendonça Teles
Editora UFG /744 páginas

“Esta obra representa a primeira tentativa de reunir num só volume um panorama da poesia goiana, desde os seus primórdios no século XVIII até a década de 60 deste século. Trata-se, pois, de um extenso estudo pioneiro sobre a evolução da poesia em Goiás. “A poesia no estado foi o trabalho vencedor do primeiro concurso de ensaios da Universidade Federal de Goiás. (...) A obra logo se tornaria uma referência para pesquisas posteriores sobre o campo cultural no Centro-Oeste, citada em dissertações e teses dos Estudos Literários. Esgotada, recebeu uma segunda edição revista em 1983, que também acabou em pouco tempo. Em vista disso, novos pesquisadores, para consultá-la recorriam à bibliotecas ou buscavam um exemplar em um sebo. Cumprida, portanto, uma terceira edição. (...) A poesia em Goiás, em que pese ter sido escrita há muitos anos, continua um trabalho atual e útil para pesquisas. Mas não só. Esta obra canonizou-se como o símbolo inaugural da Editora UFG como canal para divulgação do trabalho de pesquisa de seus docentes. Desde então, nesses 55 anos (desde 1964 quando foi publicada a primeira edição), mantivemo-nos fiéis a esse compromisso.” (Edward Madureira Brasil)



Os “bobos” em Goiás: enigmas e silêncios – 1ª reimpressão

Marilúcia Melo Meireles
Gráfica UFG / 368 páginas

“Esta obra se debruça sobre um exemplo de estigma social que não corresponde, necessariamente, à presença da marca da intolerância, tema tratado com mais intensidade como um dos eixos fundamentais do desdobramento dos conflitos civilizatórios que caracterizam o século XX e que se estendem até os tempos de hoje. É a figura dos ‘bobos’ que a autora deste livro conheceu na infância e juventude e que são personagens históricos em processo de desaparecimento. Trata-se de estudo que foca as determinações psicossociais dos deficientes mentais (‘bobos’) que ainda residem na cidade de Goiás, fazendo parte do cotidiano dessa comunidade há mais de um século. Em sua maioria, foram atraídos de regiões vizinhas ou da zona rural pela existência do principal hospital da região. E com eles estabeleceu-se o seguinte tipo de relação: em troca de casa e comida, foram ‘adotados’ e ‘criados’ por famílias para serem submetidos à prestação de serviços domésticos. Para explicar e justificar a existência de um número tão significativo de deficientes na cidade de Goiás, a sua população, em geral, apoia-se no preceito de que os ‘bobos’ são fruto de relações consanguíneas, quando não incestuosas, o que não condiz com o conhecimento, sobretudo, das ciências biológicas, apontando para outros fatores para a origem das deficiências mentais. A ‘consanguinidade-causa’ - denominação adotada pela autora – como explicação e justificativa está em intensa e articulada sintonia com os dispositivos de disfarce que, segundo ela, testemunhou durante o trabalho de campo.” (Sueli Dunck)



Entidades definem agenda de mobilizações para outubro

Representantes de centrais sindicais e lideranças do movimento estudantil se reuniram na manhã do dia 23 de setembro, para discutir a paralisação nacional da Educação, prevista para acontecer nos dias 2 e 3 de outubro. Realizado na Sede Administrativa do Adufg-Sindicato, o encontro foi coordenado pelo diretor Administrativo da instituição, João Batista de Deus, e pela diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos, Ana Christina Kratz. A reunião contou com a participação do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão. Para o presidente do SINT-IFESgo,

João Pires, as últimas mobilizações tiveram pouco engajamento dos participantes. Ele criticou a desmobilização das categorias e entidades, e convocou um maior envolvimento de todos no processo de luta. “Precisamos pensar não como uma paralisação ou mobilização, mas como greve mesmo. Realizar ações mais ostensivas, fechar ruas, avenidas e rodovias. Dificuldades nós sempre teremos, mas só vamos derrotar um governo antipovo, com a população na rua”, pontuou. A mesma agenda foi reforçada e divulgada pelas entidades em Assembleia Universitária da UFG realizada no mesmo dia no Campus Samambaia.



Foto: José Abrão

Assembleia reúne centenas de servidores e alunos na UFG

MEC vai exigir contratação de professor sem concurso

Em entrevista ao jornal Estadão, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que a norma para as universidades que aderirem ao Future-se vai ser a contratação de professores via CLT. No Programa, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de licitações e concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal deci-

diu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a sua permanência atrelada ao desempenho. Ainda assim, ele prometeu garantias, citando como exemplo a Ebserh, que administra os hospitais universitários: “as novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande”.

Dia da Independência é marcado por protesto contra os ataques à Educação



Foto: José Abrão

Enquanto acontecia o desfile do Dia da Independência na Avenida Tocantins, no Centro de Goiânia, mais de mil pessoas vestidas de preto participaram do protesto composto por professores, estudantes, técnicos-administrativos, servidores públicos de outras categorias, movimentos sociais e membros da comunidade em geral. Em nome do Adufg-Sindicato, o diretor de Assuntos

de Aposentadoria e Pensão, Abraão Garcia Gomes, declarou que “estamos aqui conscientes de que este momento é importante uma vez que esta pátria que deveria ser independente está sendo entregue aos interesses internacionais e nós como formadores de opinião junto com os estudantes, os servidores técnicos e os movimentos sociais, viemos demonstrar nossa indignação”, reforçou.



Foto: Luciana Porto

Homenageados durante sessão na Câmara Municipal

Docentes da UFG recebem honraria da Câmara de Goiânia

No dia 19 de setembro, docentes da UFG receberam honrarias por suas contribuições ao Ensino Superior Público e de qualidade. A sessão foi proposta pelo vereador Anselmo Pereira (PSDB) que também discutiu o quadro de crise que vivencia a UFG e a possível implantação do Programa Future-se do Ministério da Educação. Na oportunidade, 19 professores e pesquisadores da instituição foram homenageados com Certificado de Aplauso pela importância dos seus trabalhos e pesquisas para toda a sociedade. O Reitor da UFG, Edward Madureira

Brasil, destacou a relevância de levar a conhecimento da comunidade os desafios que as instituições federais de ensino enfrentam no País. O presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva, criticou o Future-se. “Esse Programa pode representar para muitos um ponto final no sonho de estudar em uma universidade pública de qualidade, com ensino crítico e laico. A pergunta que fica é, de onde surge esse receio do atual governo de ter que lidar com uma população educada e capaz de pensar de forma independente?”, refletiu.

Exemplos de um grande mestre

Entre inúmeras conquistas, o professor Licínio Leal Barbosa relembra com carinho a sua trajetória vitoriosa nos seus 35 anos em sala de aula

José Abrão

Mestre. Uma palavra cujo significado transcende títulos. É assim que o professor emérito Licínio Leal Barbosa, da Faculdade de Direito (FD), é reconhecido, cumprimentado e chamado até hoje ao se encontrar na rua, casualmente, com ex-alunos, colegas e amigos. Com mais de 80 anos de idade, foi professor por 35 anos. Coleciona inúmeras homenagens e realizações. Além de professor, foi diretor da Aliança Francesa, é membro da Academia Goiana de Letras, diretor querido da FD, foi o 10º Grão-Mestre da Maçonaria em Goiás, profícuo autor de livros de Direito e advogado penal renomado por várias décadas. E dizemos tudo isso apenas citando uma pequena parcela dos feitos e conquistas deste homem nascido no interior do Piauí, de Bom Jesus, na época, Bom Jesus do Gurguéia.

Mas de tudo isso, há algo de que ele se orgulha mais e menciona com muita emoção: a carreira de docente. “Primeiro, foi ser escolhido para ser professor da Universidade Católica; depois para ser professor na Universidade Federal; terceiro, esta placa eu ganhei em uma homenagem, como professor, ao ser diretor da faculdade de Direito”, conta ele, muito contente, exibindo uma placa presenteada pelos alunos em 1986 e que ele guarda com todo carinho.

Licínio nasceu em uma família de agropecuaristas com oito irmãos: quatro homens e quatro mulheres. Seu pai era um homem muito rígido e por desavenças políticas decidiu vir para Goiás. “Era o coronel”, resume, e foi uma decisão de veneta, porque nem tinham terras ou conheciam a região para onde estava indo: “nada! Nem sabiam o roteiro”. Foi uma mudança complicada, feita com carroças e cavalos. Mas Licínio não veio. Desde muito pequeno foi um menino adulto e estudava na cidade. Com cinco anos era fascinado pelo juiz da cidade e já falava em estudar para



Foto: José Abrão

Licínio criou o escritório modelo e ajudou a implantar a pós-graduação na Faculdade de Direito entre vários outros feitos dentro e fora da docência

ser advogado.

Assim, a família veio e ele ficou, para estudar. “Sentia muita saudade, muita mesmo”, relembra, mas o sonho era maior. A família com quem ele ficava e recebia uma pensão cuidava muito bem dele, e ele ficou amigo dos padres. Aos 10 anos, foi marcado pela perda da mãe. Talvez afetado por isso, acabou dando um jeito de se mudar para Anápolis, onde tinha parentes, para continuar os estudos, poucos anos depois. Com 18, passou no concurso do Banco do Brasil e ficou trabalhando e estudando para o vestibular que se aproximava. Ingressou na Faculdade de Direito em 1959 e se mudou para Goiânia. “A UFG não existia ainda, a universidade foi criada só em 1960”, relembra.

Estudou e se formou no velho casarão da Rua 20, mesmo lugar em que começou a lecionar na instituição, em 1968, um ano antes da faculdade se mudar para o prédio em que está hoje, na Praça

Universitária. O período de curso foi de “muita dificuldade, primeiro porque Goiânia estava começando. Mas na Faculdade de Direito o ensino era muito bom”, afirma. Por lá, se destacou e se tornou muito próximo do professor Odin Indiano do Brasil Americano que também lecionava na PUC, então Universidade Católica de Goiás. “Assim que se formou foi convidado para assumir as turmas do mentor por lá. Fui professor auxiliar do professor Odin. Ele foi me apresentar a faculdade e nunca mais voltou lá (risos)”.

Ele conta que logo na primeira aula ele amou a experiência de ser professor. Foi uma aula de tirar o fôlego e o nervosismo transpareceu: “eu gostei muito, a recepção na faculdade foi muito boa. Os alunos ficaram impressionados logo na primeira aula porque a aula era de terno e gravata, tinha um aspecto solene e quando terminei eu estava suado, o paletó estava encharcado”. Logo em 1968 regressou para a UFG como professor e então sua carreira tanto como docente quanto

como advogado e pesquisador, todas deslancharam. Além de diretor da faculdade, foi coordenador do curso de mestrado em Direito e editor da sua revista; presidente da Academia Goiana de Letras Jurídicas e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil. Bem depois, no final dos anos 1990, recebeu a medalha de Honra ao Mérito do magistério Professor Paulo Tormin Borges, conferido pela UFG, e o prêmio Professor Colemar Natal e Silva, do Conselho Estadual de Cultura de Goiás.

De tudo isso, gosta de falar das coisas que fez pela faculdade, principalmente no período como diretor. Achei excelente, até porque os alunos me receberam bem. Fiquei bem à vontade”. Como era muito querido pelos alunos, não teve atritos com os colegas nem com o Centro Acadêmico. “Pelo contrário, fui ovacionado. Eu criei o curso de procedimento penal, o de Direito Agrário e antes disso o escritório modelo”. Foi muito importante, onde se praticava o Direito dentro da universidade, porque antes não havia prática. “Antes o aluno saía cru”. Ele também conseguiu o título de mestre e ajudou a criar o programa de pós-graduação da Faculdade de Direito.

Se dedicou aos livros, escrevendo mais de 20 obras literárias. Embora a maior parte seja do Direito, também fez obras de cunho historiográfico e documental, como um livro sobre o casarão da Rua 20 e outro sobre Colemar Natal e Silva, primeiro reitor da UFG. Méritos que o levaram até a Academia Goiana de Letras. “Cadeira Número 35. Gostei muito do pessoal da Academia. Fui muito bem recebido e apreciei, pois a academia é eterna: você não sai dela”.

Podíamos tecer elogios, mas encerramos com os dizeres da placa: “ao insigne professor Licínio Leal Barbosa, exemplo marcante de firmeza e retidão administrativas, ao término deste seu mandato como diretor da Faculdade de Direito da UFG, receba dos professores, alunos e servidores desta casa, esta justa e merecida homenagem, que haverá de representar nossa amizade, respeito e admiração pelo amor e dedicação ao ensino do Direito”.